

GESTÃO NA ESCOLA INDÍGENA OI' TCHÜRÜNE: A VISÃO DOS SEUS PROFESSORES E GESTOR

Sônia Liberato Lucena¹
Henrique Luiz Caproni Neto²

RESUMO

A educação escolar indígena tem passado por mudanças, das quais muitas surgiram através de lutas por uma educação diferenciada, voltada a realidade local de cada grupo étnico, assegurada, hoje, por importantes políticas públicas educacionais, tendo em vista a importância da existência de uma gestão voltada para a emancipação do poder de decisão. A presente pesquisa foi realizada em uma das escolas indígenas da comunidade Umariacú I, localizada no município de Tabatinga-AM, por meio de pesquisa bibliográfica e de campo, esta última, através de entrevistas abertas direcionadas aos professores, ao apoio pedagógico e gestor. Objetivou-se compreender os mecanismos utilizados no processo de gestão escolar e como a educação escolar indígena na Escola Municipal Indígena Oi' Tchürüne vem ocorrendo. Constatou-se que a referida escola não é contemplada pelas políticas públicas educacionais vigentes, tendo em vista que o corpo docente as conhece, mas não as executa, em decorrência da insatisfação com a gestão escolar e acabam renunciando seus direitos previstos em lei. Dessa forma, a escola necessita abrir o diálogo com a comunidade envolvente para a compreensão e desenvolvimento de uma gestão democrática, e assim buscar a construção de uma comunidade escolar com uma identidade própria, com valores que cultivem o respeito e o fortalecimento da cultura local.

Palavras-chave: Educação Escolar Indígena, Gestão Escolar, Políticas Públicas.

ABSTRACT

Indigenous school education has undergone changes, many of which have emerged through struggles for differentiated education, according to the local reality of each ethnic group, which is now assured by important public educational policies, given the importance of the existence of a management aimed at the emancipation of decision-making power. The present research was carried out in one of the indigenous schools of the community Umariacú I, located in the city of Tabatinga-AM, through bibliographical and field research, the latter through open interviews directed to teachers, pedagogical support and director. The objective was to understand the mechanisms used in the school administration process and how the indigenous school education in the Municipal School Oi 'Tchürüne has been taking place. It was verified that the mentioned school is not contemplated by the current educational public policies, considering that the teachers knows them, but does not execute them, as a result of the dissatisfaction with the school administration and end up renouncing their rights provided by law. Thus, the school needs to open the dialogue with the surrounding community to understand and develop democratic administration, and thus seek the construction of a school community with its own identity, with values that cultivate the respect and strengthening of the local culture.

Key words: Indigenous School Education, School Administration, Public Policies.

¹Especialista em Educação, Saúde e Saberes Tradicionais e Licenciada em Pedagogia Intercultural Indígena pela Universidade do Estado do Amazonas-UEA. Pedagoga na Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino do Amazonas-SEDUC. E-mail: sonia.liberatotbt@gmail.com.

² Mestre em Administração com ênfase em Estudos Organizacionais & Sociedade pela UFMG. Bacharel em Administração e Especialista em Gestão de Pessoas pela UFJF. E-mail: henriquecap_adm@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

A educação escolar indígena tem sido institucionalizada no cenário nacional, passando por diversas mudanças. Sendo um direito assegurado às comunidades indígenas visando respeitar seus valores, organização social, costumes, línguas, crenças, tradições e lidar com as especificidades de diversos grupos étnicos, assim sendo bilíngue e diferenciada. Ocorre, entretanto, que pouco foi realizado para a consolidação desta política, produzindo uma educação de baixa qualidade e essencialmente irregular (LUCIANO, 2015, p.1). Assim:

especialistas defensores/militantes da escola diferenciada e agentes estatais que participaram do processo de ruptura e muitas vezes da elaboração dos documentos oficiais passaram a denunciar em seus estudos as dificuldades relativas à implantação das escolas indígenas, como: entraves burocráticos, ausência de cursos específicos para formação de professores índios, ausência de materiais didáticos específicos, desinteresse das autoridades municipais e estaduais na regularização do magistério indígena e na instituição de políticas públicas que garantissem a efetivação e o funcionamento das escolas indígenas, entre muitos outros (MONTE, 2000 *apud* TROQUEZ, 2014, p.58).

Dessa forma, faz-se necessário perceber como ocorre a gestão escolar indígena e como ela pode atender os anseios da comunidade local, trazendo mudanças no cenário sociocultural. Nesse contexto, torna-se evidente a relevância dessa indagação para que se obtenha a real impressão dessa problemática.

O objetivo do presente artigo é descrever a percepção dos professores e do gestor da Escola Municipal Indígena Oi' Tchürüne sobre a gestão escolar com foco na educação indígena, analisando suas limitações e desafios.

Foram os objetivos específicos que debruçados na pesquisa: ii) identificar os mecanismos que norteiam as decisões e ações pela gestão da referida escola e o envolvimento dos professores nessas questões; ii) verificar como são desenvolvidas as atividades curriculares e pedagógicas da referida escola, pautando-se nos documentos oficiais da educação voltados ao currículo diferenciado; iii) verificar quais os parâmetros legais que servem de referência para desenvolver os processos educativos na Escola Municipal Indígena Oi' Tchürüne no âmbito da gestão escolar indígena.

O trabalho está estruturado do seguinte modo: primeiro, discute-se a educação escolar indígena, tratando de legislações e políticas para a educação indígena, da gestão escolar e de modo breve da realidade das escolas indígenas; depois, trazem-se os procedimentos metodológicos, sendo esta uma pesquisa qualitativa com entrevistas e análise documental; adiante, realiza-se a análise e discussão dos dados, que precedem as considerações finais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A educação escolar indígena é uma modalidade da educação recente no cenário brasileiro, desde que foi institucionalizada vem sofrendo importantes mudanças, principalmente pela disponibilidade de políticas públicas que a alcança, as quais são referência ao direcionamento pedagógico, curricular e político de suas escolas, no atendimento às demandas de suas particularidades e aos anseios das localidades que as rodeiam, sendo esses uns dos seus inúmeros desafios.

A Constituição Federal de 1988 e as novas leis que servem de base para a LDB nº 9394/96, bem como o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), amparam a implantação de escolas indígenas em outros moldes de escolarização, diferentemente do que ocorria no período da colonização e se reproduziu até recentemente por um bom tempo. Segundo Freire (2004, p. 23):

quando a escola foi implantada em área indígena, as línguas, a tradição oral, o saber e a arte dos povos indígenas foram discriminados e excluídos da sala de aula. A função da escola era fazer com que estudantes indígenas desaprendessem suas culturas e deixassem de ser indivíduos indígenas. Historicamente, a escola pode ter sido o instrumento de execução de uma política que contribuiu para a extinção de mais de mil línguas.

A educação escolar indígena só assumiu um papel, voltado para a inclusão dos índios na sociedade no período republicano, onde os objetivos se estenderam para o comércio legal, na reprodução e na produção de mão de obra. Viram neles valores, práticas, concepções e conhecimentos científicos próprios.

Aos processos educativos próprios das sociedades indígenas veio somar-se a experiência escolar com as várias formas e modalidades que esta assumiu ao longo da história de contato entre índios e não-índios no Brasil. Necessidade formada “pós-contato”, a escola assumiu diferentes facetas ao longo da História, num movimento que vai da imposição de modelos educacionais aos povos indígenas, por meio da dominação, da negação de identidades, da integração e da homogeneização cultural, a modelos educacionais reivindicados pelos índios, dentro de paradigmas de pluralismo cultural e de respeito e valorização de identidades étnicas (BRASIL 1996, p. 3).

Vê-se que a partir disso, a instituição da escola para os indígenas serviu de instrumento de imposição de valores alheios e negação de identidades e culturas diferenciadas, ou seja, ocorreu então, a aculturação.

A ideia da integração firmou-se na política indigenista brasileira, desde o período Colonial até o final dos anos 1980. A política integracionista começava por reconhecer a diversidade das sociedades indígenas que havia no país, mas apontava como ponto de chegada o fim dessa diversidade. Toda diferenciação étnica seria anulada ao se incorporar os índios à sociedade nacional. Ao tornarem-se brasileiros, tinham de abandonar sua própria identidade (IBIDEM, p. 4-5).

O processo de integração dos índios à sociedade coincide com a escolarização indígena, pois conforme se instaurava os objetivos de alfabetização e socialização desses indivíduos, voltavam-se olhares e interesses também sobre esse público. No entanto, ao tornarem-se cidadãos brasileiros, o processo de aculturação ficou mais evidente, a perda de identidade, de valores e costumes se sobressaíram, fazendo deles brasileiros com acesso a todos os direitos e deveres.

Em contraposição aos modelos educacionais precedentes ao que se deseja institucionalizar atualmente, além da preocupação com as especificidades e com a educação bilíngue e intercultural dos povos indígenas. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9394/96 e o Plano Nacional de Educação, respectivamente, preveem que as escolas indígenas sejam contempladas com recursos que possam assegurar que a escolarização aconteça em conformidade com contexto da realidade que as envolvem.

Nesse cenário de mudanças, o comprometimento do quadro docente e gestão escolar por efetivá-las correspondem a uma situação de vantajosa na aquisição de melhorias à educação escolar indígena, principalmente quando é manifestado pelo segundo, uma vez, que a assunção e/ou envolvimento na função corresponde a um caso à parte por exercer forte influência na escola como um todo.

Pawlak (2016, p.12) ao buscar a origem etimológica da palavra gestão, Corroborar com Cury (2002), o qual conclui que ela implica o diálogo como forma de encontro das pessoas e soluções de conflitos. Nesse sentido trata-se de uma nova forma de administrar a realidade, uma vez que tem como pressuposto o diálogo, a participação coletiva e a comunicação, por isso é democrática.

O conceito de gestão está associado ao fortalecimento da democratização do processo educacional e pedagógico; à participação responsável de todos nas discussões, decisões, efetivação das decisões, acompanhamento e avaliação; e dialogicidade, mediante um compromisso coletivo com resultados educacionais cada vez mais efetivos (PAWLAK, 2016, p.12).

Em resumo, uma forma de conceituar a gestão é vê-la como um processo de mobilização da competência e da energia de pessoas coletivamente organizadas para que, por sua participação ativa e competente, promovam a realização, o mais plenamente possível, dos objetivos de sua unidade de trabalho, no caso, os objetivos educacionais (LUCK, 2017).

Para romper com a visão conservadora e tecnicista da administração educacional, aos moldes da administração geral, passa-se a usar o termo gestão, com sentido flagrantemente

democratizante, em sintonia com o movimento de democratização da própria sociedade (CÓSSIO *et al.*, 2010, p.327).

A administração engloba uma série de aspectos tais como: princípios burocráticos, hierárquicos e centralizados; modelo rígido, racional e mecanicista, dentre outros, enquanto que na gestão há princípios de autonomia, democracia e construção coletiva; com modelo flexível, democrático, participativo, além de outros enfoques (PALAZUELOS, 2014, p.18).

A gestão escolar consiste na gestão em nível micro, do estabelecimento educacional (da escola), atuando nos campos: pedagógico, administrativo e financeiro, articulados à comunidade escolar (PALAZUELOS, 2014, p.88).

A gestão escolar, pelas determinações legais, deve ser pautada pelo princípio e pelo método democrático. Todavia, há pouca clareza sobre o que significa a tradução de um em outro, na ação concreta nas escolas públicas país afora (SOUZA, 2009, p.124). No que se refere à gestão democrática das escolas indígenas, muito pouco ou quase nada se encontra em estudos como acontece à gestão nessas escolas, por se tratar de uma cultura indígena que possui suas especificidades amparadas por lei (PAWLAK, 2016, p.15). Acerca da realidade da educação escolar indígena no cenário nacional, Luciano (2015, p. 1-2) discorre:

A educação escolar indígena segue parâmetros legais que buscam lidar com a especificidade cultural dos diversos grupos étnicos, sendo essencialmente bilíngue e diferenciada. Ocorre, entretanto, que muito pouco foi realizado para a consolidação desta política produzindo uma educação de baixa qualidade e essencialmente irregular. Se a educação básica para não indígenas encontra muitos empecilhos, encontrando-se muito aquém do que estipula os indicadores de qualidade, a situação da educação escolar indígena é sensivelmente, mais grave.

Segundo Palazuelos (2014, p.19), um dos maiores desafios da gestão escolar e organização curricular no que tange a Educação Diferenciada no corrente século, seria o de amenizar as tensões entre o global e o local, entre a necessidade de competição e preocupação com a igualdade de oportunidades, de modo que os alunos se tornem cidadãos do mundo sem perder suas raízes e ao mesmo tempo participem ativamente da vida nacional como de suas comunidades de base.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa foi realizada na Escola Municipal Indígena Oi' Tchürüne, fundada no Umariçu I, comunidade onde habitam indígenas da etnia Tikuna que fica próxima do município de Tabatinga. Foi fundada na administração do prefeito Oscar Gomes da Silva, erguida em alvenaria no mandato do Prefeito Raimundo Nonato Batista de Souza (OLIVEIRA, p.52 e 53).

A escola, atualmente, possui oito salas de aula, uma secretaria, um refeitório, uma cozinha, quatro banheiros, um depósito/despensa, e um poço semi-artesiano. A secretaria e a diretoria ocupam o mesmo espaço físico, as quais são utilizadas pelas pessoas que ocupam essas funções. Houve o registro fotográfico de algumas dependências da referida escola a título de ilustração, conforme anexo.

A abordagem da pesquisa é qualitativa, sendo adequada por ter como foco as opiniões, visões, perspectivas e vivências de professores e gestores da escola. Segundo Haguette (2003, p. 63), a pesquisa qualitativa é útil ao se buscar “uma compreensão profunda de certos fenômenos sociais apoiados no pressuposto da maior relevância do aspecto subjetivo face à configuração das estruturas sociais”. Nesse sentido, Chizzotti (2008, p. 79) ressalta que “a abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto...”.

A princípio, realizou-se a pesquisa bibliográfica por meio da consulta em publicações relacionadas com a referida temática. Segundo Cervo *et al* (2007, p. 61), a pesquisa bibliográfica “constitui o procedimento básico para os estudos monográficos, pelos quais se busca o domínio do estado da arte sobre determinado tema”. Essa parte do trabalho é fundamental, pois se usa durante todo o desenvolvimento da pesquisa, encontrando a fundamentação necessária. Para Lakatos e Marconi (2001, p. 183):

a pesquisa bibliográfica, “[...] abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema estudado, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, materiais cartográficos, etc. [...] e sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto [...]”.

Após o acesso a fontes seguras e reunido o material bibliográfico necessário, deu-se sequência à pesquisa de campo por meio de inúmeras visitas na escola supracitada contatando o seu quadro funcional, especialmente, os professores, o gestor e outros funcionários.

Para o levantamento de dados, foram realizadas entrevistas com a utilização de formulário aplicado a uma amostra composta pelo corpo docente, apoio pedagógico e direção da Escola Municipal Indígena O’i Tchürüne. Foram entrevistados: (05) cinco professores sendo quatro do sexo masculino e um do sexo feminino, com idades que variando dos trinta a cinquenta e cinco anos, tendo como tempo de trabalho que variaram de quatro a dez anos de atividade docente; 01 (um) diretor, com 38 anos de idade que tem como primeira experiência na função o tempo de três anos cinco meses e; 01 (um) apoio pedagógico com 48 anos de idade e o mesmo período de tempo que possui o diretor, na função de apoio pedagógico.

De modo geral, o questionário versava sobre os seguintes tópicos: formação acadêmica; tempo de atuação na escola; capacitação; relações interpessoais no trabalho; relações com gestores; melhorias na escola; infraestrutura da escola; projeto político pedagógico; alimentação escolar dos alunos; escolha do gestor/diretor; relações com a comunidade; relações com a coordenação indígena e o poder público.

É importante enfatizar que todos permitiram a gravação das entrevistas, bem como lhes foi assegurado o sigilo de suas identidades de modo a não os identificar durante o artigo. De acordo com Gil (1989), a entrevista é uma das técnicas de coleta de dados mais utilizadas nas pesquisas sociais. Para a referida autora, a entrevista é uma técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção de dados que interessam à investigação. A entrevista é, portanto, uma forma de interação social (1987, p.113).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante a pesquisa, foi possível coletar algumas informações a respeito da formação dos professores da escola, tanto os envolvidos nesse estudo quanto o restante que nela atuam. O Quadro docente é composto por 20 professores, todos são efetivos e possuem escolaridade em nível superior, a maioria atua nessa ocupação, justamente nessa escola há mais de 4(quatro) anos com exceção de um. É importante frisar que os que participaram da pesquisa, principalmente durante as entrevistas, foram comedidos com as respostas, pois talvez se sentiram intimidados ou receosos.

Ao serem questionados sobre a relação existente entre os colegas de trabalho todos responderam manter um bom relacionamento, afirmaram que tentam ajudar um ao outro e cooperar para um bom desempenho das atividades escolares. Ao analisar a resposta dos entrevistados foi notável que a visão da interação existente corresponde a manifestações de comunicabilidade, ou seja, o simples fato de haver diálogo entre eles é o condicionante para a classificarem como boa. No entanto, isso não repercute positivamente em produções pedagógicas coletivas, como por exemplo, o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, até hoje não foi elaborado devido divergências de opinião e da disponibilidade de interesse em desenvolvê-lo. Nesse sentido, sugere-se que o tipo de relação que consideram ter os professores é até certo ponto aparente, uma vez que, se não há consenso para o alcance de melhorias coletivas, nesse caso para escola e aos que dela fazem parte, é porque os tipos de conflitos existentes ocupam lugar de tamanha importância que desfocalizam e obstruem os interesses da escola, impedindo que haja de fato uma gestão escolar participativa e democrática.

Ao serem indagados acerca da formação continuada, todos responderam que buscaram um curso de pós-graduação de maneira independente, custeado com dinheiro próprio, tendo em vista que não receberam apoio da Secretaria Municipal, a qual possui a responsabilidade, dentre de várias outras, de possibilitar o engajamento dos professores em capacitações afins, por isso, a procura de maneira individual e isolada.

No tocante a opinião sobre a infraestrutura da escola, houve divergências, alguns consideram que a escola se encontra em boas condições. Porém essa concepção alude apenas às suas características de construção, sendo assim, ter um prédio de alvenaria intacto com a pintura em dia, parece ser o suficiente para alguns professores. Outros alegaram que as condições são mínimas, por exemplo, ter uma escola de alvenaria, sem ventilação ou iluminação no horário da tarde e da noite acaba acarretando em prejuízos para os educando e educadores que não se sentem confortáveis para se envolverem com as atividades desenvolvidas na escola. Veja adiante depoimento de um docente:

“Ela ainda peca muito com relação a separação de alguns tipos de salas neh. E não está climatizado. Isso prejudica demais o ensino das crianças e também atrapalha um pouco as aulas do professor”.

Com base no discurso do(a) docente, percebe-se que há o reconhecimento de algumas das necessidades da escola, nesse caso, da climatização das salas de aulas e de mudanças na disposição de suas dependências. Apesar de serem problemas, aparentemente, de pouca relevância, aos professores são os mais notáveis e os de maior repercussão negativa em suas atividades laborais.

Em relação às melhorias da escola se houve ou não, elas acontecem apenas em nível micro, como pintura, construção de duas salas anexo, a escola continua com sensação térmica relativamente alta pela ausência da ventilação.

Há dificuldade no que diz respeito ao atendimento de suas reivindicações e de seus anseios. O poder público atua de modo inefetivo, algo mencionado no discurso do apoio pedagógico quando alegou que a Defesa Civil quer interditar a escola, pois o barranco situado em suas proximidades, cerca de quatro metros, está prestes a desabar, por isso, é necessário outro terreno para a construção de uma nova escola.

Quanto às práticas pedagógicas da escola, durante a atual gestão, somente foi promovida uma reunião pedagógica, pela coordenação de educação escolar indígena, para troca de conhecimentos e desenvolvimento dos planos de aula. Ocasões raras como essa não atendem as necessidades dos professores na formulação, produção e execução das atividades

pedagógicas, a expectativa é de que a coordenação seja mais presente em assisti-los e se engaje em programas que contemplem a formação continuada.

A disponibilidade da alimentação escolar para os discentes é uma problemática, todos enfatizaram que a escola passa maior parte do tempo sem ter o que servir aos seus alunos, não possui nutricionista que acompanhe o preparo das refeições, muito menos um lugar apropriado para armazená-la e um espaço para o seu preparo. Tal como relatou um dos docentes: “[...] a merenda escolar quase não tem. Mas quando tem, ela, creio eu que precisa de uma pessoa profissional: um nutricionista ou também uma merendeira qualificada, que possa também fazer uma merenda de boa qualidade para os alunos”.

A dificuldade na regularidade na oferta da merenda escolar é apenas um de vários outros problemas presentes em muitas unidades educacionais indígenas do país. Acerca desse dilema, Luciano (2015, p.1-2) aponta alguns motivos:

A Ausência de escolas, professores indígenas, material didático e merenda escolar são problemas comuns, algo decorrente das grandes distâncias enfrentadas, da alteridade cultural ou mesmo de preconceitos por parte dos gestores da educação nos município e estados. Parte desses problemas deriva da ausência de conhecimento dos gestores da realidade indígena, na média em que o único instrumento utilizado para planejar, executar e avaliar a política é o censo realizado pelo INEP, que apresenta sérias limitações e inconsistências. O censo, todavia, não abarca a especificidade dos grupos étnicos, promovendo diversos problemas, como ausência de recursos destinados ao material escolar, à merenda escolar e ao transporte escolar adequado.

A escolha do gestor ocorre por indicação direta do gestor municipal com o aval do cacique da comunidade. A sensação de quem assume a referida função é a de adquiriu uma dívida, pois dificilmente sente-se a vontade para fazer grandes cobranças devido o Secretário de Educação e/ou até mesmo o prefeito, geralmente, considerarem a situação do mesmo modo, onde a indisponibilidade ao atendimento de demandas é como a manifestam. Sobre isso, após uma indagação, um dos interlocutores mencionou:

[Pesquisador: Você tem dificuldade de chegar lá com o secretário de educação ou com o gestor do município para solicitar qualquer tipo de melhorias para a escola? Ou é fácil você chegar lá e conversar com eles?]
Professora, responder sobre esse respeito, entendimento do secretário é difícil. Difícil mesmo atender a gente...

É evidente que até os professores têm dificuldade no acesso ao Secretário de Educação, o que reforça as concepções do gestor sobre a relação que possui com o mesmo. Apesar de os professores discordarem da forma de seleção do gestor da escola, o fato dele ser morador da comunidade é o que os conforma. Em uma das entrevistas, houve o seguinte relato:

O mecanismo, eu acho que é um pouco ruim porque ela é por indicação. Isso influencia com relação que o gestor, ele não tem uma autonomia em suas decisões ou cobranças. Então, na minha opinião, ela não é muito boa, devido a falta de autonomia para com o gestor, ele não é escolhido pela comunidade e sim pela gestão municipal.

Sobre as práticas pedagógicas, a escola possui na grade curricular do ensino uma disciplina que trata de Práticas Próprias de Educar, mas as manifestações culturais ficam evidentes apenas em datas comemorativas onde tem o empenho de todas da comunidade escolar, como expresso adiante:

[Pesquisador: De que forma as questões culturais, história e as tradições da comunidade envolvente são trabalhadas na escola?]

Docente: Bom, elas são trabalhadas assim, de forma artística. Ehhh, ela funciona. A gente tem que ter uma criatividade se eu... Todas as disciplinas têm que envolver todas as culturas e trazer os temas pra localidade, pra que aquela criança possa entender.

[Pesquisador: Esse tipo de abordagem existe na escola ou há alguma preocupação em relação a isso, na sua inexistência?]

Docente: Ahh,, existe sim porque, ehh, as crianças, a comunidade cobra. Liderança cobra que nós devemos então assim exercer, executar, aliás.

No discurso acima, percebe-se que a preocupação em trabalhar interdisciplinarmente os aspectos culturais da comunidade envolvente nas disciplinas que lecionam, representa a dedicação e esforços de alguns professores em atender as solicitações externas, principalmente as que consideram as peculiaridades do público que frequenta a escola e das demais pessoas que residem em suas adjacências.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A insatisfação dos professores da referida escola com a gestão e seu apoio pedagógico provoca o desinteresse pela aplicabilidade das referências e propostas curriculares nacionais ou próprias da região oriundas da Secretaria educacional junto a departamentos especializados na modalidade, tendo em vista que, têm ciência de sua existência, mas não os desenvolvem. Dessa forma, a escola fica desprovida de identidade própria, já que não se espelha em nenhum dos recursos paramétricos disponíveis voltados à educação escolar indígena diferenciada.

Todo esse conjunto de implicações causadas pela má gestão faz com que os marcos legais da educação escolar indígena repercutem negativamente na comunidade, uma vez que a escola é o seu alicerce e juntas poderiam caminhar na formação de comunitários engajados nas questões de interesse coletivo, especialmente as que contemplem o alcance de melhorias.

Portanto, caminhar com o objetivo de ir ao encontro dos anseios da comunidade e a valorização da cultura local é uma das maneiras de promover mudanças na educação escolar indígena da Escola Municipal Indígena O'i Tchürüne, tendo em vista uma gestão democrática na educação escolar indígena que visam assegurar o direito a uma educação diferenciada, considerando as especificidades de cada grupo e/ou etnia.

A escola indígena deve estar a serviço da comunidade indígena, respondendo a seus anseios e atendendo às suas demandas, formando as crianças e os jovens de acordo com os seus

ideais e padrões culturais. Ela não se confunde com os processos tradicionais de socialização presentes em todos os povos indígenas, mas não lhes pode ser de todo estranha (GRUPIONI, 2004, p.15).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CERVO, A. L. BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas da Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1987.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. O que é Educação Escolar Indígena? In: **Escola e Povos Indígenas no Brasil**. Boletim Proposta Pedagógica: Salto para o futuro. Agosto, 2004.

HAGUETTE, Tereza Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

LUCIANO, Gerssem José dos Santos. **Relatório técnico diagnóstico e avaliação dos formulários e da metodologia do censo Inep referente à questão indígena**. 2015. Disponível em http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/dados-da-atuacao/projetos/mpf-em-defesa-da-escola-indigena-1/docs_relatorios-tecnicos/relatorio-diagnostico-censo-escolas-indigenas-inep-vf.pdf

LUCK, Heloísa. **A Gestão Participativa na Escola**. Série Cadernos de gestão. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

MONTE, Nieta Lindenberg. **E agora, cara pálida? Educação e povos indígenas, 500 anos depois**. Revista Brasileira de Educação, n. 15: p. 118-133, 2000.

OLIVEIRA, Samuel Rocha de. **O Processo Educacional da Cultura Indígena Ticuna na Região do Alto Solimões**. São Bernardo do Campo, 2012. Dissertação de Mestrado em Educação, da Universidade Metodista de São Paulo.

PALAZUELOS, Alexandra Carvalho Pereira de. **Desafios para Uma Gestão Escolar Diferenciada na Terra Indígena Guarita, RS**. Três Passos-RS, 2014. Monografia de Especialização em Gestão Educacional da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS).

PAWLAK, Adriana Peschisky. **Gestão Escolar Indígena e a Gestão Democrática**. Curitiba, 2016. Monografia de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal do Paraná.

SOUZA, Ângelo Ricardo de. **Explorando E Construindo Um Conceito De Gestão Escolar Democrática**. Educação em Revista | Belo Horizonte | v.25 | n.03 | p.123-140 | dez. 2009.

TROQUEZ, Marta Coelho Castro. **Educação Escolar Indígena No Brasil: Por Uma Revisão De Conceitos, De Políticas E De Práticas.** *Horizontes* – Revista de Educação, Dourados, MS, v. 3, n. 4 julho a dezembro de 2014.

ANEXO

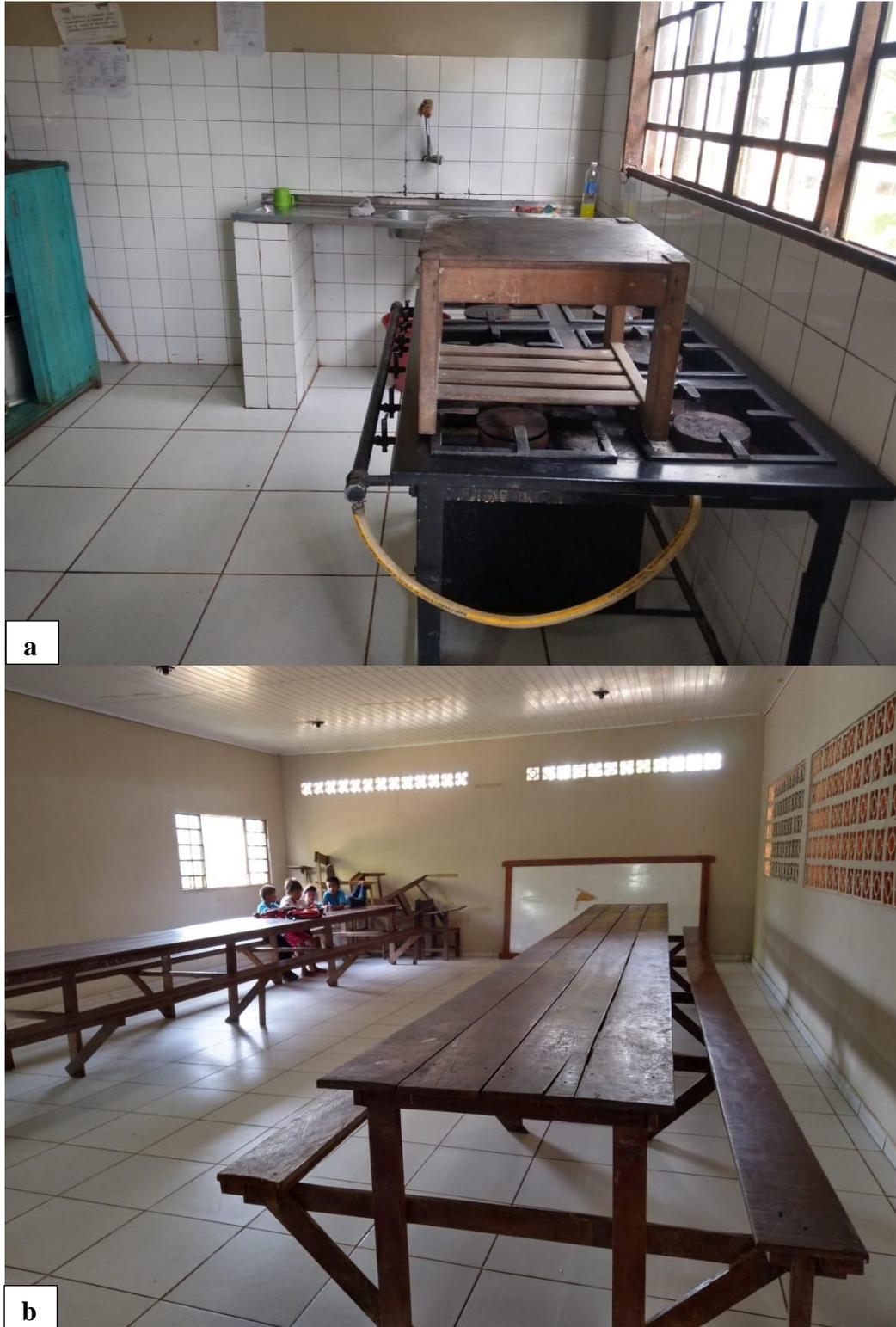


Figura 01. a) Cozinha; b) Refeitório. Fonte: LUCENA, Sônia. 2019.

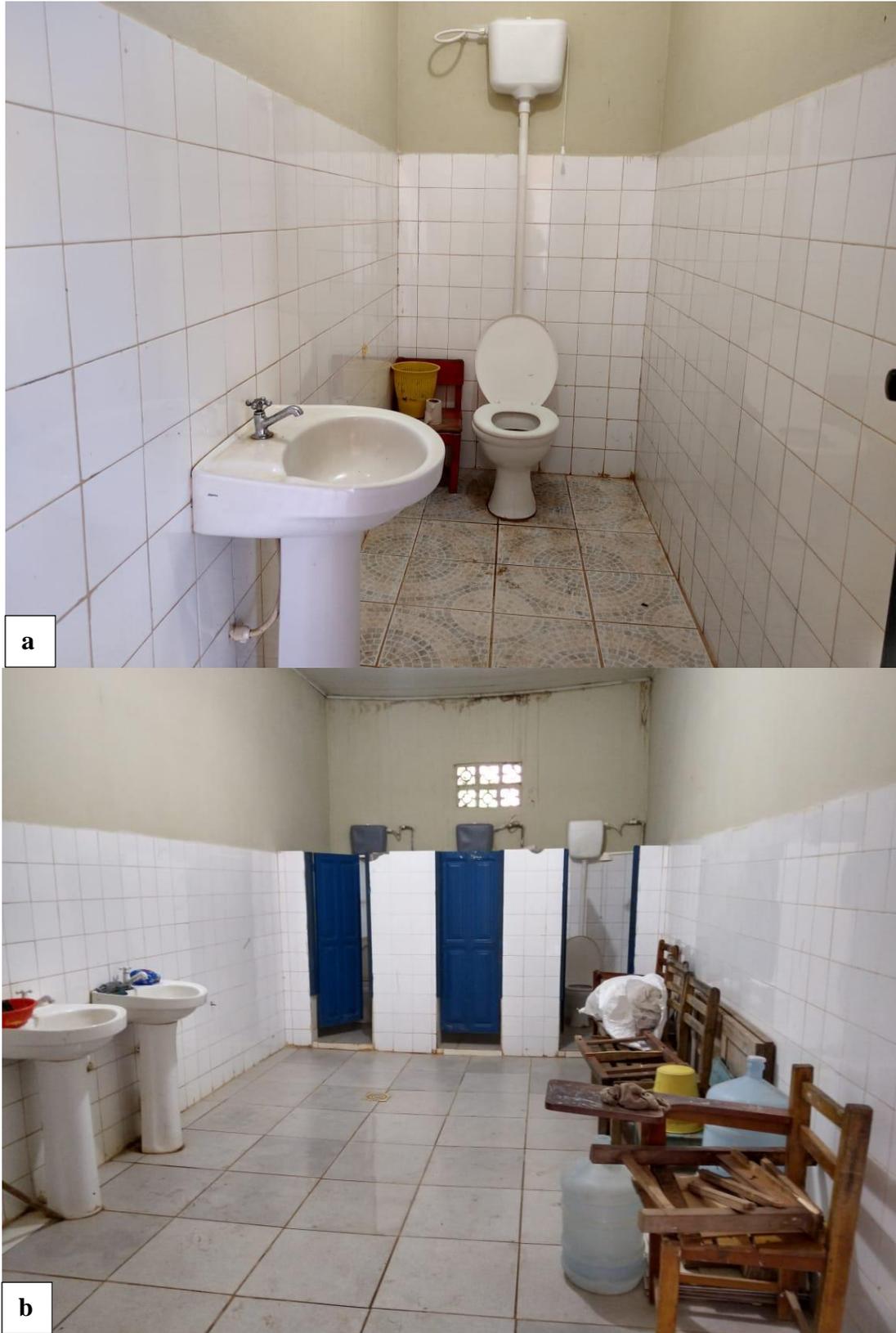


Figura 02. a) interior do banheiro masculino; b) compartimento que dá acesso aos banheiros masculino. Fonte: LUCENA, Sônia, 2019.



Figura 03. a) Corredor que dá acesso as salas de aula da modalidade da Educação Infantil.
Fonte: LUCENA, Sônia. 2019



Figura 04. a) banheiro feminino; b) bebedouros próximos da cozinha. Fonte: LUCENA, Sônia, 2019.

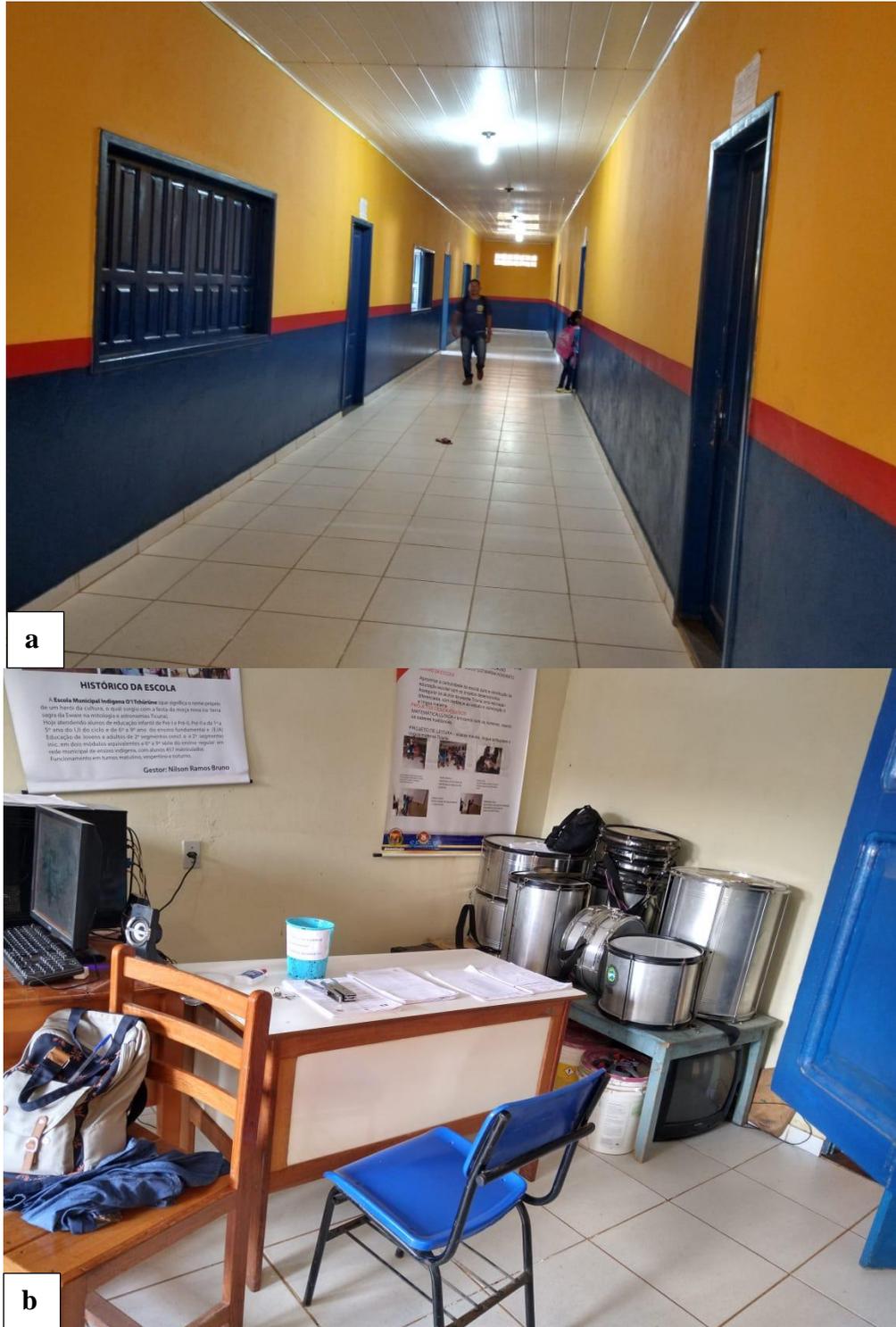


Figura 05. a) Corredor que dá acesso às salas de aula da modalidade do Ensino Fundamental.
 Fonte: LUCENA, Sônia. 2019.

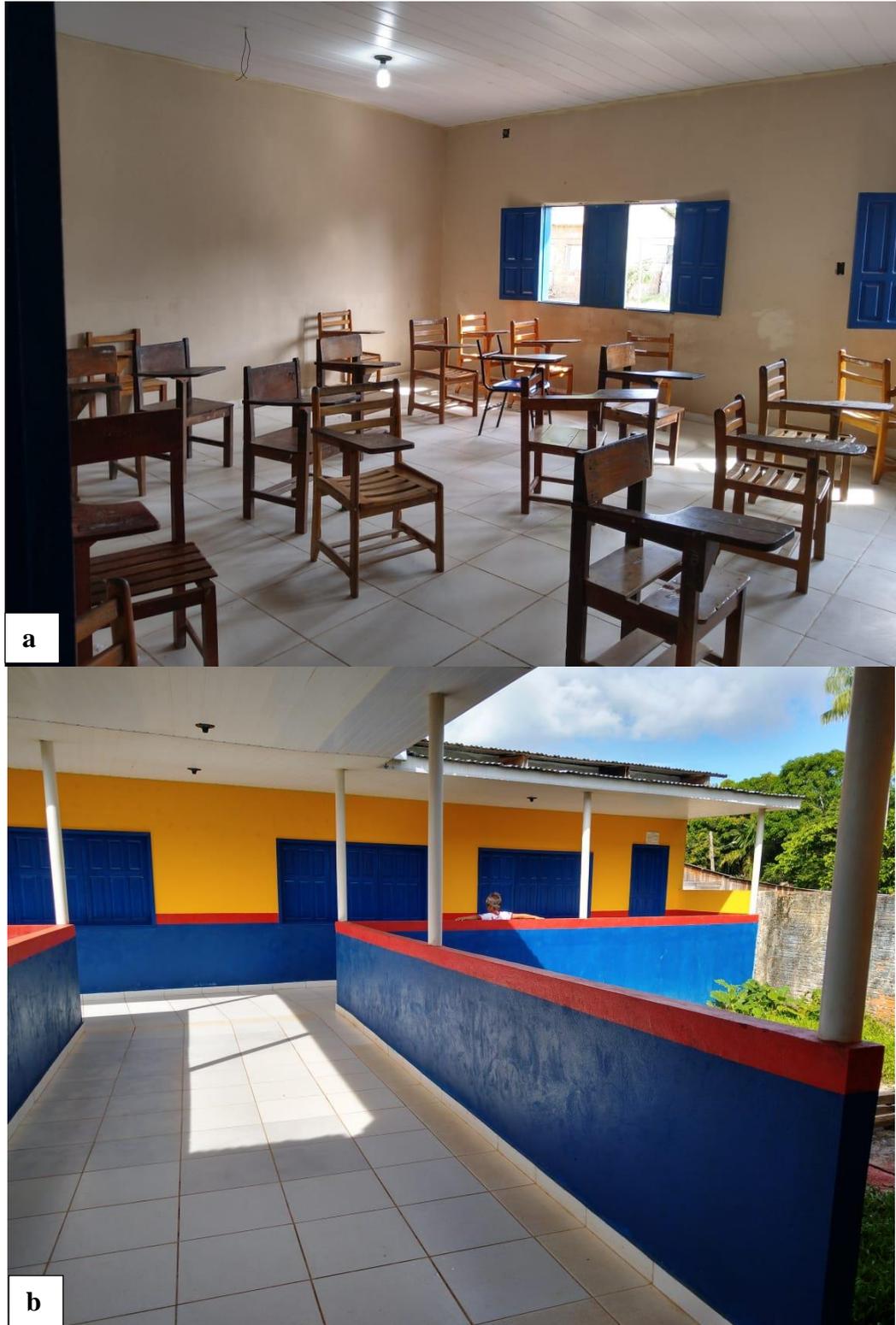


Figura 06. a) Interior de uma sala de aula; b) Pátio Externo da escola. Fonte: LUCENA, Sônia. 2019.



Figura 07. a) Fachada da Escola Indígena Oi' Tchürüne; b) Portão de entrada na referida escola. Fonte: LUCENA, Sônia. 2019.